



PRANDI, Reginaldo. *Os mortos e os vivos: uma introdução ao espiritismo*

Célia da Graça Arribas



Edição electrónica

URL: <http://journals.openedition.org/horizontes/234>

ISSN: 1806-9983

Editora

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Edição impressa

Data de publicação: 18 setembro 2013

Paginação: 466-470

ISSN: 0104-7183

Refêrencia eletrónica

Célia da Graça Arribas, « PRANDI, Reginaldo. *Os mortos e os vivos: uma introdução ao espiritismo* », *Horizontes Antropológicos* [Online], 40 | 2013, posto online no dia 28 outubro 2013, consultado o 14 novembro 2019. URL : <http://journals.openedition.org/horizontes/234>

PRANDI, Reginaldo. *Os mortos e os vivos: uma introdução ao espiritismo*. São Paulo: Três Estrelas, 2012. 116 p.

Célia da Graça Arribas*

Universidade de São Paulo – Brasil

Kardecismo e umbanda: duas religiões brasileiras

Quando Reginaldo Prandi, um dos principais estudiosos das religiões brasileiras, começou a trabalhar como cientista social no Cebrap, em 1971, um dos seus primeiros temas de pesquisa foi precisamente o espiritismo, num projeto dirigido por Cândido Procópio Ferreira de Camargo que deu origem às primeiras publicações sobre as religiões mediúnicas.¹ Desde então, Prandi vem trabalhando na área de sociologia da religião e conta hoje com uma extensa lavra de mais de 30 livros. Nenhum deles, porém, havia privilegiado analisar especificamente o espiritismo, tarefa a que Reginaldo se dedicou agora, 40 anos depois daquele começo, com a publicação de *Os mortos e os vivos: uma introdução ao espiritismo*.

Com mão leve e preocupado apenas em apresentar em linhas gerais o desenvolvimento do espiritismo no país, o sociólogo oferece ao leitor uma análise sócio-histórica de duas religiões que ganharam lugar no espaço da diferenciação religiosa brasileira: o *kardecismo*, “religião discreta” da classe média, e a *umbanda*, religião tipicamente brasileira que adquiriu em nossa história republicana um significado importante para a compreensão da nossa cultural plural. Mas, embora a umbanda tenha inegavelmente se beneficiado desse *status*, o que Prandi nos fala em seu livro é que ambas as crenças – tanto o kardecismo quanto a umbanda – dizem muito sobre o país. As duas, por essas bandas, se desenvolveram de forma bastante peculiar: uma porque nasceu

* Doutoranda em Sociologia.

¹ Cf. Camargo (1961, 1973).

aqui mesmo, carregando a sina de ser a religião nacional; a outra porque tomou uma forma bem brasileira.

Reginaldo começa o livro (capítulo primeiro) ressaltando que é dentro de um contexto mais amplo denominado movimento espiritualista – antes de tudo um fenômeno moderno – que podemos entender o surgimento da doutrina espírita.

Em meados do século XIX, “fantasmas” rondavam os Estados Unidos e a Europa. Mesas giravam e ruídos estranhos eram ouvidos por pessoas que se reuniam em sessões de entretenimento justamente para assistir ao espetáculo. Um grande divertimento para uns, um grande enigma para outros, o fenômeno das “mesas girantes e falantes” reunia frequentadores nos salões europeus em busca de mensagens obtidas através de pancadas produzidas por objetos, que mais pareciam obedecer a alguma força desconhecida e autônoma (segundo capítulo). Em meio a dois polos – a religiosidade espiritualista e as ideias positivistas – encontrava-se Allan Kardec, pseudônimo do pedagogo francês Hippolyte Léon Denizard Rivail, fundador, ou melhor, “codificador” de um corpo teórico-doutrinário que propunha entender o mundo e suas relações com o “além” de uma forma bastante inusitada, já que se define, ao mesmo tempo, como uma doutrina filosófica, científica e religiosa.

Durante muito tempo, Kardec defendeu a ideia de ter sido tão somente o compilador de uma doutrina filosófica de efeitos morais, como qualquer outra filosofia espiritualista, negando o caráter formal de religião que o espiritismo pudesse ter à época. Como nos explica Prandi no terceiro capítulo, o postulado principal da doutrina é a crença nos espíritos e na sua imortalidade. O espírito é eterno e evolui através de uma série de vidas, as chamadas encarnações. Segundo a doutrina reencarnacionista espírita, as ações realizadas na presente existência, sejam boas ou ruins, sofrem as consequências em vidas posteriores, conforme o princípio da chamada *lei de ação e reação*, muito parecida com a concepção hindu de *karma* – diferente, no entanto, no tocante à questão da evolução. As interferências entre os mundos material e espiritual, ou seja, as comunicações entre os vivos e os mortos, são levadas a cabo por indivíduos denominados *médiuns*. De acordo com a cosmovisão espírita, existem graduações diversas entre as também diversas habilidades mediúnicas (psicografia, pictografia, vidência, psicofonia, etc.), o que faz alguns médiuns mais desenvolvidos do que outros. Seriam os casos, por exemplo, dos famosos médiuns

Chico Xavier, José Pedro de Freitas, o Arigó, e João de Deus, todos lembrados por Reginaldo.

Aportadas no Rio de Janeiro em fins do século XIX, as práticas mediúnicas e os fenômenos das “mesas girantes e falantes” começaram a se alastrar principalmente nas camadas da elite brasileira, mais abertas ao contato com os “seres invisíveis” desde que fosse resguardado o seu caráter experimental e científico – caráter que a seduzia num momento fortemente marcado pela influência do cientificismo (capítulo quatro). Parte dessa elite serviu, portanto, como introdutora do espiritismo em terras brasileiras, emprestando-lhe um grande peso legitimador.

Mas se é fato que o espiritismo, por ter ascendência europeia, trouxe consigo certo prestígio – um prestígio que facilitou sua expansão nas camadas privilegiadas –, sua origem europeia, por outro lado, e o legado dessa origem foram menos importantes do que o fato de o espiritismo ter se desenvolvido de uma maneira bastante particular no Brasil: isto é, de ter se formatado enquanto uma *religião*, e uma religião que enfatiza indelevelmente a prática da caridade como forma de salvação.

Dentre os espíritas mais famosos da época encontrava-se o Dr. Bezerra de Menezes, médico e político de fins do século XIX, um dos responsáveis por enfatizar os aspectos religiosos da doutrina, talvez pelo fato de ter entendido que somente enquanto religião o espiritismo poderia não apenas sobreviver, mas sobreviver de forma legal e legítima num país recém-republicano que, apesar de laico, condenava com base em seu Código Penal as práticas de magia, charlatanismo e curandeirismo frequentemente associadas às práticas espíritas. Coube, portanto, a Bezerra de Menezes e a seu grupo de amigos enfatizar, na obra de Kardec, determinados elementos em detrimento de outros, formatando o espiritismo bem à moda brasileira, como relata Prandi.

Entre os primeiros espíritas, em sua maioria gente letrada – jornalistas, professores, advogados –, boa parte deles era formada por médicos alopatas e homeopatas, pessoas que ajudaram a acentuar a questão da cura no espiritismo (capítulo sexto). Além de ter sido vista como uma das formas de se praticar a caridade, a oferta da cura fazia parte de todo um arcabouço teórico-doutrinário espírita, já que desde sempre, para os espíritas brasileiros, a assistência espiritual confundia-se com assistência material, uma vez que corpo e espírito, intermediados pelo *perispírito*, comporiam uma só unidade e tão somente enquanto tal deveria ser tratada. A prática de tratamento de saúde, espiritual ou

material, tal como ocorreu no Brasil, não se deu na França da mesma época. Por isso que os aspectos “curandeirísticos” e caridosos de que se revestiu o espiritismo por essas plagas fizeram a diferença, mesmo porque foi graças à assistência aos necessitados de toda sorte que o espiritismo conseguiu sair do círculo mais restrito de uma elite letrada e atingir as camadas mais populares.

Por outro lado, porém, esse movimento todo só foi possível porque “ao chegar ao Brasil, o kardecismo encontrou uma cultura bastante familiarizada com as ideias de transe como meio de comunicação com os espíritos, de reencarnação e de cura espiritual, que foram assimiladas das religiões indígenas e africanas” (p. 93). Nesse sentido, quando surge a umbanda, na década de 1920, um mundo repleto de crenças já vinha sendo partilhado por muita gente. Só faltava mesmo algum tipo de sistematização, papel cumprido pelos primeiros intelectuais umbandistas.

Consta que a fundação da umbanda teria sido iniciativa de dissidentes de um grupo kardecista, liderados pelo médium Zélio de Moraes, que passaram a ver nos centros de “macumba” um estímulo a novas práticas religiosas. Mas se houve disputas por *status* entre a umbanda e o kardecismo, se entre eles existiram relações tensas de classe e preconceitos de cor, principalmente nas primeiras décadas de existência da umbanda, como nos relata Prandi, isso não significa necessariamente que entre kardecismo e umbanda haja uma nítida distinção. Muito pelo contrário. A linha divisória entre esses dois segmentos é bastante tênue (capítulo oitavo). Até hoje, por exemplo, muitos umbandistas costumam se declarar espíritas, embora alguns kardecistas, ainda que rejeitem a aproximação com a umbanda, muitas vezes se declaram católicos. Aliás, é exatamente por conta dessa particularidade que fica difícil saber exatamente quantos são e quem são os adeptos de cada uma das crenças.

A dupla pertença ou a pertença não declarada, no entanto, não impediu que Prandi nos proporcionasse, em seu último capítulo, uma análise socioeconômica dos adeptos espíritas e umbandistas. Se o espiritismo é uma prática da classe média branca, com elevada renda e escolaridade, a umbanda é adotada, sobretudo, por pessoas da classe média baixa. Assim como seus integrantes, os guias dessa nova religião brasileira têm origens mais abrangentes: indígenas ou caboclos, escravos ou pretos velhos, boiadeiros, ciganos, marinheiros, etc.

Seja como for, o denominador comum entre umbanda e kardecismo parece mesmo ser a mediunidade usada especialmente para a comunicação com os mortos e para a assistência espiritual ou de cura, muito diferente, portanto,

da mediunidade praticada pelas denominações pentecostais e pelo catolicismo carismático, “quando os agraciados com o dom do Espírito Santo, em transe, falam línguas estranhas, um sinal de sua condição de escolhidos de Deus” (p. 101).

À luz do conhecimento sociológico, portanto, Prandi oferece um breve estudo a respeito da dinâmica relacional entre os vivos e os mortos na sociedade brasileira. Despretensioso, apresentando-se apenas como uma introdução, o seu livro atinge um público mais geral, interessado em compreender as religiões no Brasil, mas pode ajudar, também, pesquisadores acadêmicos a darem os primeiros passos na senda espírita, entendendo um pouco mais sobre certas doutrinas muito mais brasileiras do que aparentemente se possa imaginar.

Referências

- CAMARGO, C. P. F. de. *Kardecismo e umbanda*. São Paulo: Pioneira, 1961.
- CAMARGO, C. P. F. de. *Católicos, protestantes, espíritas*. Petrópolis: Vozes, 1973.